

Des(es)crever: invenções da escrita na atual etnologia sul-americana¹

Erick Nascimento Vidal

Mestre em antropologia social pela Universidade de
São Paulo.

E-mail: erick.vidal@usp.br



Resumo

Este artigo busca apresentar, em forma revisada, alguns resultados de um trabalho recente em torno da relação entre as noções de escrita e de tradução intersemiótica (ou transmutação) em um certo debate etnológico contemporâneo (Vidal, 2020). Inicialmente, busca caracterizar parte desse debate, enfatizando a constante proposição de novas definições de “escrita”. Em seguida, tomando como exemplo as definições de dois trabalhos importantes (Severi, 2007; Déléage, 2017), mostra como, apesar de suas afinidades, eles utilizam estratégias opostas, adotadas também por outros pesquisadores: uma delas busca restringir a aplicação do termo, enquanto a outra busca estendê-la. A discussão das insuficiências de cada uma conduz à proposição de uma estratégia nova, inspirada no trabalho de Jacques Derrida, e cujo ponto central consiste em abandonar a busca de uma definição única para o termo “escrita” e em reformular o eixo comparativo em termos de “intersemiotividade”.

Palavras-chave:
etnologia;
arqueologia;
escrita; tradução
intersemiótica;
desconstrução.

Abstract

This paper aims to present in revised form some results of a recent work on the relation between the notions of writing and intersemiotic translation (or transmutation) in current ethnological discussion (Vidal, 2020). First, it attempts to characterize part of the debate, in particular the continual proposition of new definitions of ‘writing’. Then, analysing in some detail the conceptual propositions of two exemplary texts (Severi, 2007; Déléage, 2017), it examines two contrasting strategies which have been used lately by different researchers to deal with this notion, one seeking to restrict its scope and the other to enlarge it. Discussion of the drawbacks of each leads to the proposition of a new strategy, inspired by the work of Jacques Derrida, and the main feature of which lies in dismissing the search for any single definition and recasting the comparative issue in terms of ‘intersemioticity’.

Keywords: ethnology;
archaeology; writing;
intersemiotic
translation;
deconstruction.

1. Uma ilusão gramatológica?

“Não se poderia encontrar uma lei que desse conta da emergência sucessiva ou simultânea de conceitos incongruentes? (...) Mais que querer realocar os conceitos em um virtual edifício dedutivo, seria necessário descrever a organização do campo de enunciados em que eles aparecem e circulam.” (Foucault, 1969: 79)

“(...) só podemos justificar nossa linguagem e a escolha dos termos no interior (...) de uma estratégia histórica.” (Derrida, 1967a: 102)

“A escrita foi inventada muitas vezes na Amazônia”, diz um etnólogo contemporâneo (Déléage, 2017: 9). O que isso quer dizer? Uma primeira resposta depende, sobretudo, do esclarecimento dos conceitos de *escrita* e de *invenção*, conforme definidos ou, na ausência de uma definição explícita, conforme utilizados pelo autor (caso no qual seria necessário extrair da lógica de suas análises os pressupostos implícitos que as orientam). Afinal, como veremos, a aparente evidência intuitiva desses conceitos é, na verdade, eminentemente problemática. Com efeito, por maior que possa ser a coerência interna dessas definições dentro da obra do autor e em confronto com o material que ele reúne e analisa, elas convivem, tanto na etnologia atual como em disciplinas vizinhas, com outros complexos de definições explícitas e implícitas (ou mesmo de indefinições) dos mesmos termos. Na medida em que, direta ou indiretamente, todos se referem à noção de “escrita”, mas de modo diverso e, às vezes, incompatível, vale dizer que tais complexos configuram alternativas cuja reunião delimita o espaço de um debate possível. Ora, somente uma investigação da natureza desse espaço enquanto tal – investigação que este artigo busca apenas ensaiar – permitirá determinar não só o significado mais profundo de uma afirmação como a de Déléage e das definições que a tornam possível, mas também as condições em que o debate como um todo pode vir a florescer².

Em que termos se dá, então, a convivência entre tais complexos de definições e indefinições da “escrita”? A questão apresenta mais de um aspecto. Começamos sugerindo que é insuficiente constatar a existência de definições distintas: é necessário indagar como elas proliferam. Pois bem, no caso da noção de escrita, os diferentes pesquisadores (em suas diferentes especialidades), ou os diferentes grupos de que eles fazem parte – independentemente do quanto se dirijam um ao outro e do quanto se refiram às definições que dela dão cada um (e tem sido

1. Todas as citações utilizadas neste texto foram traduzidas pelo próprio autor. Essa pesquisa recebeu subsídios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2. Por trás da proposta desta investigação está uma tripla articulação entre a noção saussureana de valor, a noção de ato de fala, em especial tal como aplicada à história das ideias por Quentin Skinner (2002), e o problema husserliano das idealidades. Muito brevemente, a sugestão é: 1) que as definições de Déléage – como quaisquer outras – devem ser compreendidas em função do *valor* (posicional, diferencial) que elas assumem no *sistema* que elas vêm compor com aquelas de outros pesquisadores; 2) que, nesse sistema, enquanto *atos discursivos*, elas visam (e talvez tendam efetivamente) a produzir certos *efeitos* (como a desestabilização de certos pressupostos, o deslocamento do horizonte comparativo, a rearticulação dos eixos de pesquisa), fazendo pender o campo em determinadas direções; 3) que, se elas o fazem, é em parte através da projeção de distintos *objetos ideais* que, embora diferentemente definidos, recebem um mesmo nome (“escrita”), de modo que, se há um debate latente, ele não diz respeito somente aos significados de um mesmo significante, mas também ao referente que cada significado supõe.

pouco) – acabam por fazer suas respectivas propostas conceituais de modo relativamente independente. Disso resulta que o leitor, a menos que tente ele próprio alguma síntese crítica das várias posições, se vê obrigado a escolher entre acatar uma ou outra – por motivos pragmáticos quaisquer, mas sem uma autêntica justificativa conceitual – ou fazer uma proposição própria. O resultado paradoxal é que, através dessa multiplicação de definições, é a indefinição que continua a reinar no conjunto.

Mas cabe perguntar: será isso um problema? Não será somente um reflexo natural da variedade empírica que subjaz ao trabalho conceitual em etnologia? Em outros termos: não estaremos diante de uma falsa questão, derivada de uma anacrônica nostalgia pela unidade? Difícil dizê-lo de antemão. Porém, se fosse possível mostrar que os variados autores se referem distintamente a fenômenos de um mesmo tipo (recusando-lhes ou não o nome de “escrita”), deveríamos concluir que a proliferação conceitual de fato constitui um entrave à pesquisa, no mínimo na medida em que dificulta a apreensão do campo em sua unidade, além de indicar uma limitação coletiva quanto à apreensão das características essenciais do próprio conjunto de fenômenos em questão, indicando, em outras palavras, um insucesso comparativo.

Isso não significaria, porém, que tais fenômenos seriam, ao cabo, redutíveis a alguma das definições de “escrita” em circulação. Pode ser, muito pelo contrário, que, em virtude exatamente da ausência de uma crítica conceitual mais sistemática e de uma consideração comparativa mais ampla, estejamos presos numa “ilusão gramatológica” (Vidal, 2020: 289) semelhante à “ilusão totêmica” outrora dissipada por Claude Lévi-Strauss (1962) ou à “ilusão mítica” problematizada por Marcel Detienne (1981). Ou seja, talvez estejamos lidando com um duplo problema: aquele da persistência de uma *categoria de exclusão* destinada a “distinguir as sociedades de maneira quase igualmente radical” (Lévi-Strauss, 1962: 7), recusando a umas a posse de modalidades plenamente especulativas que, “se tivessem sido reconhecidas como tais, teriam imediatamente determinado a particularização de outras modalidades, às quais se atribuía um valor universal” (: 6-7); e aquele da necessidade de reajuste de um *horizonte comparativo* mal definido, ou projetado em um nível insuficiente de generalidade, com referência ao qual imaginamos estar diante de “uma instituição objetiva”, quando, na verdade, só temos observações “rebeldes às interpretações unificado-

ras” (: 5).

No que segue, daremos elementos para uma tal demonstração. A partir de dois exemplos significativos, uma vez que simultaneamente se aproximam e se afastam, apresentaremos duas estratégias que têm sido adotadas para lidar com a noção de “escrita”: uma, que busca *restringir* seu campo de aplicação, seja por escrúpulo comparativista – isto é, para garantir que se comparem comparáveis, como queria Franz Boas (1896) – seja para preservar a aparência excepcional dos sistemas tradicionalmente entendidos como “escrita” (em particular, aqueles da antiguidade, bem como os que deles derivam, entre os quais, o nosso); e outra, que busca *estendê-lo*, seja para incluir outras formas de inscrição gráfica, seja para dissolvê-lo em um campo ainda mais amplo. Os exemplos propostos, evidentemente, representam apenas um modo de efetivar cada uma delas, mas permitirão avaliar algumas das dificuldades enfrentadas por cada uma, para que, ao final, adotando elementos de ambas, proponhamos uma estratégia nova.

2. Uma restrição empirista e suas limitações

2.1 – A estratégia

Carlo Severi é como que o decano do debate atual (ao menos no que diz respeito à etnologia das Terras Baixas, embora seu trabalho parta de outras regiões), em especial graças à análise seminal de uma certa técnica mnemônica ameríndia (e pela qual passaremos, em tempo), mas não por ter produzido uma definição explícita da noção de escrita. Quanto a esta, seu discurso oscila, em seu trabalho mais famoso, entre diferentes formulações, mais ou menos vagas segundo o caso, de noções de senso comum. É o caso, por exemplo, quando se refere a “técnicas gráficas capazes de preservar a fala” (2007: 91) ou então a “um simbolismo de caráter fonético, capaz de transcrever os sons da linguagem de maneira coerente” (: 105). Se esses primeiros exemplos sugerem uma ênfase sobre a ideia de “transcrição (...) dos sons” de uma dada língua (: 21), já a referência concomitante às “escritas *ideográficas*, silábicas ou alfabéticas” (: 21.; grifo nosso) começa a minar sua consistência (afinal, até que ponto uma ideografia transcreve sons?). Ademais, Severi (: 99) se refere também a formulações de outro tipo, como aquela que encontra em Galileu e que identifica a essência da escrita à possibilidade de comunicação com os ausentes, seja no espaço

ou no tempo³. Pode-se mencionar, enfim, a associação geral entre escrita, de um lado, e fixação e transmissão do saber, de outro (: 12, 29). Cada uma dessas formulações sugere questões que permanecem em aberto, sem que se trace o sistema de suas pressuposições.

De fato, não é por aí que passa a estratégia de Severi. Como indicamos, ele se abstém de criticar, em si, essas diferentes “concepções ocidentais da escrita” (: 99), abstendo-se, em outros termos, de avaliar a consistência interna de cada uma, bem como a coerência do conjunto que elas compõem⁴. Antes, o que faz é questionar-lhes a pertinência empírica ou descritiva diante do material que pretende estudar, a saber, aquele das chamadas “pictografias” ameríndias. O mesmo vale, aliás, para esta última noção: se ele de fato chega a questionar-lhe a consistência, dizendo que “decididamente, ela se aplica a coisas demais” (:114), não é porque esteja questionando um conjunto incompatível de definições (nem, aliás, qualquer definição específica); o problema aqui é antes um conjunto demasiado heterogêneo de objetos a que o termo (independente da definição) se aplicaria. Seria necessário, então, partir da descrição de um conjunto limitado de fenômenos para, identificando seus aspectos distintivos, chegar a uma definição empiricamente adequada do termo (qualquer que seja) que os designa. Neste gesto – que poderíamos caracterizar, por isso, como empirista – condensa-se sua estratégia⁵.

Quer isso dizer que pouco lhe interessa o conceito de escrita enquanto tal? Sua discussão da história da questão sobre a existência ou inexistência, em algum momento, de “escrita” na América indígena, sugere cautela. É que talvez a oscilação e a indeterminação que indicamos reflitam uma oscilação e uma indeterminação característica dessa mesma história: menos, é verdade, a história do conceito de escrita (supondo ainda que haja, em algum sentido relevante, um *conceito* de escrita, e apenas *um*, a que distintas formulações possam ser reduzidas, além de um *objeto* a que ele possa se referir), que a do modo como uma série de motivos ligados a ele moldaram um certo imaginário ocidental sobre os povos ameríndios⁶. Entre eles, estariam a comparação com os hieróglifos egípcios (: 56, 97), a busca por livros escritos com símbolos esquecidos (: 99) bem como, em um momento histórico posterior, a ideia de que na América haveria apenas escritas abortadas ou “proto-escritas” (:21, 23) ou então imitações malfadadas da escrita alfabética (: 105). Severi chega mesmo a falar de “uma certa retórica do Ociden-

3. Trata-se daquilo que Derrida (1971a) reuniu sob a noção de “telecomunicação”.

4. Fica em suspenso, ademais, a questão de saber o que seria uma concepção não ocidental “da escrita”. Afinal, a pergunta por uma concepção (não ocidental) *da escrita* já adota, de saída, uma certa “concepção ocidental”, dado que projeta “a escrita” como uma unidade não só dotada de sentido e coerente, mas dotada de um sentido e de uma coerência *intuitivamente evidentes* (dentro do discurso ocidental, é claro; somente uma investigação etnográfica ou uma atenção prolongada sobre formulações dos próprios ameríndios – acadêmicos ou não – poderia estabelecer a validade de uma *outra* “evidência” de alguma “escrita” *ocidental*: ver Vidal, 2020: 17, 131). Dito de outra maneira, talvez uma concepção *não ocidental* da “escrita” (isto é, de algo como aquilo que chamamos de escrita, o que quer que seja isso) não seja (não possa ser), afinal, uma concepção “da escrita”. Deveria ela então conservar o nome de *escrita*? A questão, dissemos, fica em suspenso; retornaremos a ela na conclusão, sugerindo por que motivo ela é crucial tanto para a etnologia quanto para a desconstrução.

5. Esse gesto – pelo qual Severi busca neutralizar ou obviar a noção de escrita (ou antes, como logo veremos, os constrangimentos impostos através dela pela tradição) – possui, na verdade, diversos aspectos, que convém distinguir: há, primeiramente, um aspecto “cético” (a suspensão, mais ou menos

te”⁷ (: 105). Esta parte da sua análise, acompanhando a metamorfose de tais motivos desde o pensamento renascentista até o evolucionismo vitoriano (: 91-114), poderia ser lida, no limite, como uma extensão das análises de Jacques Derrida referentes ao projeto de uma “gramatologia como ciência positiva”, na passagem entre os séculos XVII e XVIII (1967a: 109-142).

Não podemos dizer, então, que Severi ignora a densidade histórica da noção de escrita. Na verdade, isso determina de dois modos a maneira como ele procede à realização de sua estratégia, isto é, à investigação do material e sua exposição. Por um lado, porque ele busca (e encontra) em uma leitura crítica de antigos autores possíveis princípios para sua análise (e, de fato, na originalidade desse conjunto de referências está um de seus pontos fortes). Por outro, porque sua proposta depende exatamente de um deslocamento em relação à oposição tradicional entre sociedades com e sem “escrita”, oposição que, ainda vigente em parte do discurso antropológico contemporâneo (2007: 20-21), bem como no âmbito das políticas públicas (Ladeira, 2014), sintetiza, à sua maneira, o resíduo do desenvolvimento histórico dos motivos que indicamos. Vejamos, então, como um tal deslocamento permite uma descrição das “pictografias” ameríndias.

2.2 – A descrição

Tudo começa com a crítica da ênfase exclusiva sobre a ideia de uma tradição oral própria dos povos ditos, justamente, ágrafos ou sem escrita, como se a afirmação de sua suposta e genérica oralidade eliminasse qualquer referência ao que é gráfico (1997: 248), ignorando possíveis “situações intermediárias” (2007: 20). Severi busca mostrar, pelo contrário, que, em tais povos, é frequentemente possível detectar a vigência de uma tradição iconográfica ao lado da tradição narrativa em que prolifera a arte verbal. Mais ainda, no caso das pictografias ameríndias, haveria um entrelaçamento complexo entre as duas⁸.

Para mostrá-lo, no entanto, é necessário antes observar a especificidade do tipo de iconografia em questão. Severi o faz retomando as pistas de autores que analisaram diferentes aspectos das “pictografias” dos povos das planícies norte-americanas (: 108-164), para então retomar seu próprio trabalho etnográfico e demonstrar aí a aplicabilidade dos mesmos critérios (: 165-183). Pois bem, o que resulta da primeira

provisória, da validade e da aplicação do conceito e, no limite, sua retirada de circulação, no que respeita às “pictografias” ameríndias); em seguida, há um primeiro aspecto “empírico” (a recusa da discussão puramente conceitual); e há, enfim, um segundo aspecto “empírico” (o postulado da descrição como definição suficiente da noção de pictografia, o que deixa em aberto uma questão capciosa e que não tem nada de circular: em que sentido será a pictografia ameríndia uma pictografia?). Disso resulta uma assimetria, em seu discurso, entre as noções de escrita (em geral) e de pictografia (ameríndia): se Severi insiste sobre a segunda, não retorna à primeira (não para defini-la). Paradoxalmente, no entanto, o próprio conjunto empírico cuja análise deve produzir como resíduo uma definição de “pictografia” é definido, provisoriamente, a partir dessa mesma noção (ela própria ainda indefinida). Desse ponto de vista, parece-nos que o procedimento só deixa de ser circular na medida em que, delineando os traços pertinentes dos sistemas sucessivamente analisados, procedemos a uma progressiva extensão comparativa: cada novo traço sendo um novo parâmetro definidor de uma nova classe de fenômenos. Afinal, como sugere o próprio Severi, definir é classificar (2007: 115).

6. Notavelmente, sob a forma de definições negativas, que Severi resume: “à ausência de escrita corresponde[ria] a falta de documentos, a falta de uma memória digna de fé, a falta de organização dos conhecimentos, a falta de

etapa? A conclusão essencial é que os exemplos norte-americanos pertencem a uma mesma tradição, de largo escopo geográfico, com algumas características notáveis. Em um primeiro plano, vale ressaltar o *material* utilizado, das tradicionais peles de bisão aos livros militares de registro e, mais notavelmente, à própria Bíblia, indicando o provável valor ritual ou pragmático dessa iconografia (: 120, 137-139). Em outro plano, Severi enfatiza especificamente as *convenções formais* que determinam, por exemplo, a distribuição no espaço e a função dos vários elementos de uma dada composição (como um cavalo e suas pegadas, numa possível indicação cronológica; 2007: 135, 145, 155), bem como o aspecto das figuras, com seus contornos claros e estereotipados (: 111-113) que fazem delas “figuras-esquema” (: 155) aptas a serem memorizadas⁹ (figura 1).



figura 1. “Sequência paralelística vinda da Bíblia Dakota de Berlim” (Severi, 2007:157), no Staatliche Museum.

Um aspecto se revela, porém, particularmente importante: trata-se do caráter aparentemente repetitivo dos desenhos, que compõem sequências com apenas pequenas variações (: 154). Descartada a ideia

ordem na tradição e no pensamento” (: 13). Desse ponto de vista, este é apenas um caso do problema maior relativo à oposição entre escrita e oralidade que tem seu lugar clássico nos estudos sobre a Grécia arcaica. Em nosso trabalho anterior, quisemos discutir alguns de seus eixos, entre os quais: a escrita como documento científico (registro da fala); como documento histórico; como condição do pensamento especulativo; como definidora de um certo tipo de sociedade (Vidal, 2020: 141-177, 190-213, 256-285).

7. Expressão curiosa, se observamos que, ao longo de todo o texto, o próprio Severi faz uso, na interpretação das pictografias, do que chamaríamos exatamente de uma *retórica da escrita*. Ele se refere, por exemplo, a uma etapa de sua própria análise como uma “pequena experiência de decifração” (: 162) e a outra como uma “leitura dos pictogramas kuna” (: 172), sugerindo ainda passar “da análise de documentos de arquivo à leitura direta de certo número de testemunhos pictográficos” extraídos de sua pesquisa de campo (: 165), para não mencionar a “leitura puramente gráfica do estilo” das iconografias (: 112; grifo nosso, em todas as citações). Apesar disso, Severi não questionará a ideia, postulada desde o início, de que não há escrita na América indígena (: 91). Terá esse jogo com o vocabulário da escrita também um valor estratégico.

8. Para argumentos semelhantes referentes à Mesoamérica, ver Santos (2017).

de que seriam exercícios de algum tipo (: 123), a comparação dessas sequências mostra que são somente elementos bem determinados que variam de uma figura para outra: no caso das figuras de cavaleiro da “Bíblia Dakota”, por exemplo, variam a presença e a localização de uma pena, o tipo de arma empunhada, os adereços da montaria etc. Isto sugere não se tratar de um fenômeno devido ao acaso: pelo contrário, cada figura seria em si uma *composição*, resultante de uma *combinatória* (com diferentes posições em que diferentes elementos ora aparecem, ora desaparecem). Nas palavras de Severi (que aqui adota um tom lévi-straussiano), “cada figura reflete uma distribuição particular das peças do mosaico, que existem certamente em número finito” (:162); mais ainda, “cada figura constitui (...) a transformação de uma outra, que a precede ou que a segue” (: 162)¹⁰.

Ora, essa estrutura de *repetição* e *microvariação* corresponde, em um plano iconográfico, ao que, nos estudos das artes verbais, se chama de *paralelismo* (: 155-156) e que caracteriza, em muitos casos ameríndios, um modo ritual de enunciação (: 168)¹¹. Trata-se, também, de uma técnica de composição narrativa característica de outras “tradições orais” e que se baseia no uso de “fórmulas” dotadas de um potencial mnemônico, que simultaneamente se repetem e se alteram segundo princípios bem determinados (Lord, 1960). Poderíamos dizer, então, que a análise de Severi busca mostrar que as figuras da iconografia têm também um aspecto formular, encadeando-se em narrativas que, por sua vez, se desdobram na relação entre imagem e palavra.

Esta relação, por sua vez, toma como pivô exatamente as variações em cada um desses planos. Assim, todo o problema da pictografia ameríndia estaria em uma “relação entre duas elaborações paralelistas diferentes” (: 167), mas não se trataria de uma correspondência perfeita entre elas:

Por um lado, o desenho não transcreve todo o conteúdo da história (...). Por outro, fica claro também que a imagem, ainda que muito simplificada, sempre adiciona aspectos da ação que nem o comentário, nem a história registram. (Severi, 2007: 150; ênfase eliminada).

A chave estaria então, não só numa “*distribuição* do sentido entre o visual e o verbal” (: 195; grifo nosso), mas em “uma certa *intersecção* entre coisas ditas e coisas desenhadas” (: 195; grifo nosso). No caso dos Kuna, com quem trabalhou Severi, a articulação se dá sobretudo

9. Por isso, tais iconografias teriam, segundo Severi um aspecto *seletivo*, afinal “o desenho seleciona, no interior da imagem real, um número limitado de traços” que ele retém (2007: 151). O termo, porém, é infeliz, não só porque sugere que haveria alguma percepção *não seletiva* (e o que seria, afinal, a “imagem real”?), mas, sobretudo, porque ele é usado nas mesmas páginas para se referir a um problema diferente, a saber, aquele da “relação entre narração e representação visual”, que seria uma relação de “seleção orientada” (:150), uma vez que uma e outra não se recobrem exatamente (retornaremos a isso). Importa manter clara essa distinção, em particular porque nenhum desses usos corresponde perfeitamente ao aspecto definidor daquilo que Déléage chamará de “escrita seletiva” (ver abaixo, 3.2).

10. Por isso, Severi pode falar aí em “*séries* de traços distintivos” (2007: 158; grifo nosso). A formulação é interessante, pois sugere uma transposição sintagmática (e espacial) da noção jakobsoniana do fonema como *feixe* de traços distintivos (ver Vidal, 2020: 251). Ademais, a ideia de que cada figura seria uma transformação de outra evoca irresistivelmente a análise das máscaras da Colúmbia Britânica proposta por Lévi-Strauss (1975).

11. Compare-se a discussão da noção de ritual por Lévi-Strauss em termos de fragmentação e repetição (1971: 601-602).

na aprendizagem dos cantos xamânicos (: 168), em que fórmulas orais se contrapõem a fórmulas gráficas, mas aquelas possuem aspectos que estas ignoram, e vice-versa. Por exemplo: se os nomes das sucessivas aldeias listadas em um canto são indicados iconograficamente, a fórmula oral que os introduz, e que se repete, não é (ainda que a figura da aldeia em si também se repita, servindo de base para os atributos que indicam os nomes de cada uma); inversamente, a forma dessas aldeias (malocas triangulares) é visível na iconografia (figura 2), mas ignorada pelo canto, possuindo naquela “uma significação autônoma” (: 171). Assim, a pictografia “traduz em imagens *somente* a lista de variações” (: 169; ênfase no original), o que sugere que “o simbolismo pictográfico engendra um uso coerente e significativo somente ali onde a estrutura do texto a ser memorizado é paralelística” (: 169).

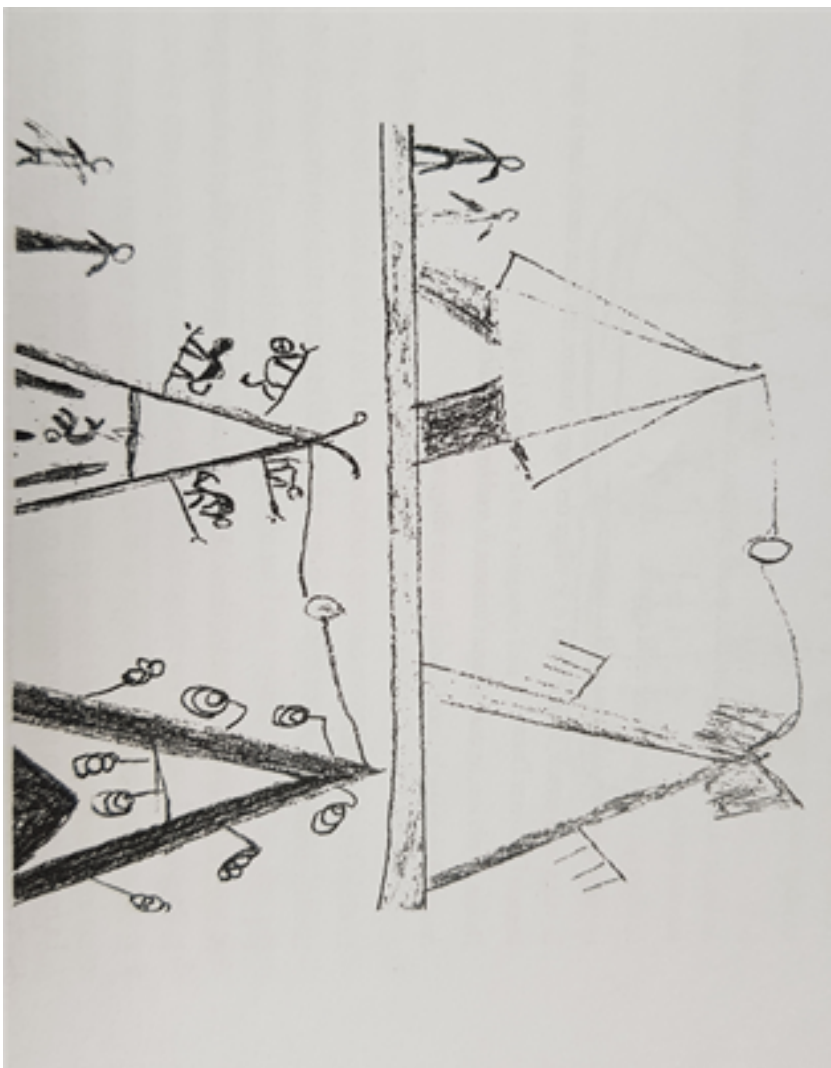


figura 2. “Pictografia Kuna tirada do *Canto do Demônio*: aldeias dos macacos, das serpentes, da saia e das trepadeiras” (Severi, 2007: 170).

Esse esquema se presta, porém, a elaborações ulteriores. Se, em geral, há três elementos – uma fórmula puramente gráfica, uma fórmula puramente oral (ambas constantes) e variações simultaneamente gráficas e orais – há casos em que a iconografia começa por “transcrever” também a fórmula oral (constante), somente para depois abandoná-la (: 179). Em um caso particularmente interessante, um mesmo “pictograma” se repete, mas em cores diferentes (o que significa que, estritamente falando, não se trata do “mesmo” pictograma): reúnem-se assim os dois aspectos (repetição e microvariação) cuja conjugação define o paralelismo, representando-se *tanto* a fórmula inicial do canto *quanto* as variações a que ela serve de suporte.

Se se tratava, então, de “apreender a verdadeira natureza desses grafismos” (: 91), isto é, sua “natureza lógica” (: 106), vale dizer, sobretudo em vista dos trabalhos mais recentes de Severi (2014), que essa é uma natureza *intersemiótica*. De fato, suas análises apontam para “uma concepção da tradição cultural fundada (...) sobre relações simples mas recorrentes que se estabelecem entre meios de expressão diferentes em uma cultura determinada” (2007: 327). Da escrita, vemo-nos então conduzidos a um problema mais geral, bem como a um novo debate em torno da intersemioticidade na América indígena (ver Vidal, 2017).

2.3 – O contraste

As pictografias ameríndias seriam, então, *dispositivos mnemônicos de caráter intersemiótico*, resultantes, no caso, da *articulação entre iconografia e enunciação ritual*. Assim descritas, serão elas uma escrita, ou não? A resposta de Severi – que sabemos negativa – depende de um contraste entre essas pictografias e aquilo que, supostamente, “os historiadores da escrita, de Gelb a De Francis” (2007: 151) projetam como escrita, e veremos abaixo de que se trata. Ocorre, porém, que, como também veremos, essa imagem nunca esteve tão comprometida pelo trabalho dos próprios estudiosos contemporâneos daqueles sistemas tradicionalmente aceitos prontamente como sistemas de “escrita” (o que sugere, aliás, que os autores mencionados por Severi já não são representativos do campo). Referimo-nos à Grécia, desde o período micênico até o arcaico e o clássico, à Mesopotâmia e ao antigo Egito. É possível encontrar, nas análises das escritas dessas regiões, todos os elementos da definição de pictografia a que acabamos de

chegar, de modo que o próprio contraste começaria já a perder sua evidência. É o que gostaríamos de indicar sumariamente agora¹².

Tomemos como referência a conclusão de Severi sobre esse contraste entre pictografia e escrita, começando por distinguir seus variados componentes. (i) Segundo “a perspectiva tradicional de muitos historiadores da escrita”, diz ele, a pictografia “deve desembocar numa representação completa, silábica ou alfabética, dos sons de uma língua” (2007: 327), capaz de (ii) “cobrir inteiramente o campo das palavras pronunciadas” na mesma (: 327). Isso sugeriria que “o pictograma ameríndio é, de um certo ponto de vista, mais limitado que um sistema de escrita”, dado que se refere a um “léxico linguístico muito limitado” (: 327) e atado, como indicamos, a uma prática mnemônica (iii). Entretanto, (iv) “esse sistema pode também ser mais rico, uma vez que assegura uma comunicação, uma comunidade de sentido que vai além das fronteiras que separam línguas diferentes” (: 327). Ademais, (v) se “a invenção da escrita, ao menos tal como é em geral apresentada, se refere a um simbolismo autônomo” que constituiria “um meio de substituir a tradição oral”, a história da pictografia, por sua vez, seria “a história de uma relação entre a fala organizada e a iconografia” (: 327). Afinal, a “passagem crucial” estaria na (vi) “inscrição do uso da pictografia no contexto da enunciação ritual” (: 327).

Observemos inicialmente (i) que, no trecho em questão, a referência de Severi à escrita já exclui a ideografia, e se limita à noção de “transcrição do som” (ver acima, 2.1), atribuindo aos “historiadores da escrita” o postulado de uma teleologia fonocêntrica. Porém, por mais que essa atribuição seja válida para muitos trabalhos clássicos (ver Damerow, 1999) e, de fato, para toda uma camada de nossa tradição filosófica (Derrida, 1967a e 1967b), com ecos persistentes dentro da própria antropologia, há já muito que, em geral, a arqueologia não o sustenta. Bastaria acompanhar, por exemplo, aqueles trabalhos que sugerem que os hieróglifos egípcios incluíram *desde o início* um princípio alfabético (ainda que anotando somente as consoantes) e, por outro lado, mantiveram *até o final* seu caráter simultaneamente pictórico (Ray, 1986), bem como sua relação mais ampla com a arte figurativa (Baines, 2007; ver abaixo, figura 3).

Em segundo lugar (ii), vale observar que, se as pictografias ameríndias se referem a um campo semântico bastante específico, também o uso de um sistema como o cuneiforme se restringiu durante muito

12. Para uma exposição mais detida e sistemática desses casos, ver Vidal (2020: 213-33).



figura 3. escrita e arte figurativa no Antigo Egito. À esquerda, “Estela de Seru no Oriental Museum, Universidade de Durham” (Wilson, 2003: 44) e, à direita, “cena de oferenda do templo de Esna” (: 40).

tempo a um único âmbito, a saber, aquele da administração burocrática (Larsen, 1988: 188), o mesmo valendo para o chamado Linear B, sistema de escrita utilizado na Grécia micênica (Dickinson, 1994: 193-7). Isso não quer dizer que esses sistemas não sejam capazes de se aplicar a outros campos, isto é, que as comunidades que os criam e os põem em prática não seriam capazes de criar novos signos. Que, no caso das pictografias ameríndias, aquela restrição dependa de uma conexão com a enunciação ritual enquanto, nos outros, ela dependia de uma relação com a burocracia é talvez um interessante dado comparativo, mas não estabelece entre eles nenhum corte radical. Ademais, o fato de que, até

onde se atesta, uns tenham se expandido posteriormente para âmbitos diferentes e outros não, é algo que não deve obscurecer as potencialidades inerentes a cada sistema. Mais ainda, certos exemplos ameríndios sugerem que os próprios esquemas subjacentes à enunciação ritual podem servir de eixo para uma tal expansão (Cesarino, 2011).

Além disso (iii), não se deve esquecer que também na Mesopotâmia (Larsen, 1988), bem como na Grécia do período arcaico, posterior ao micênico (Thomas, 1992), era de mnemotécnica que se tratava. Este era o caso não só com o sistema de fichas para contagem que, segundo Denise Schmandt-Besserat (1996), estaria na origem do sistema cuneiforme (ver Vidal, 2020: 217-220), mas também com o chamado “proto-cuneiforme” (sistema que se convencionou tratar, justamente, como “pictográfico”). Este teria sido usado como “um meio de produzir palavras-chave para alguém que estava mais ou menos familiarizado com o contexto” (Nissen, 1986: 329), de modo que escrita e enunciação oral estariam aí reunidas, assim permanecendo durante muito tempo.

O que dizer então (iv) da extensão translinguística das pictografias? Deixando de lado o clássico (ainda que problemático) paralelo saussureano, que apela para o caso chinês (ver Vidal, 2020: 156-157), bem como alguns paralelos etnográficos na Amazônia (: 157, n. 171), nos Andes (Salomon, 2004: 17-8) e na Mesoamérica (Santos, 2009: 75), vale observar que, durante toda uma época do desenvolvimento do cuneiforme, os signos parecem ter sido linguisticamente inespecíficos (Michalowski, 1994), a ponto de, segundo alguns pesquisadores, não exigirem uma distribuição linear (Larsen, 1986: 4), nem apresentarem qualquer evidência clara de um ordenamento sintático (Nissen, 1986: 329; ver figura 4, abaixo). Talvez, porém, a lacuna resulte justamente da dificuldade de acessar os princípios da enunciação oral ou então da técnica mnemônica que os acompanhava, se é que eles supunham, antes, uma “sintaxe” não-linguística (Salomon, 2004: 29; Damerow, 1999: 4).

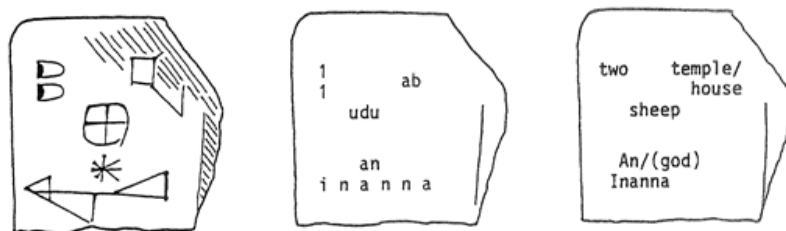


figura 4. “Fragmento de um texto econômico do estágio III-2, ilustrando as dificuldades de se relacionar um signo com outro” (Nissen, 1986: 330)

Tudo isso se condensa no problema do caráter intersemiótico do dispositivo pictográfico (v). Será ele uma especificidade local, sem paralelo na história das escritas? Nada parece mais duvidoso. Com efeito, “já a ideia de senso comum segundo a qual a escrita é uma representação da fala (...) sugere que toda escrita é, exatamente, um dispositivo de tradução intersemiótica” (Vidal, 2020: 17). Mas não é necessário perseguir essa linha de argumentação, que supõe o postulado fonográfico. Basta recordar, mais uma vez, os hieróglifos e sua articulação com a arte (ver acima, figura 2), ambos compartilhando as mesmas convenções e compondo arranjos propriamente *picto-gráficos* de vários tipos (Wilson, 2003) e ambos apontando igualmente para o risco de as imagens ganharem vida (Lalouette, 1992: 345). Ademais, se o problema é aquele de uma intersecção entre o dito e o desenhado, vale lembrar o caso da Grécia arcaica, onde a iconografia frequentemente remete a episódios que não constam das narrativas registradas, inclusive a de Homero (Snodgrass, 1979), oferecendo, antes, variações em torno de um mesmo ciclo narrativo (Burgess, 2001).

Quanto ao problema do uso ritual dos sistemas em questão (vi), o caso do Egito continua se mostrando sugestivo, com sua escrita simultaneamente monumental e restrita, destinada, em parte, à comunicação com os deuses (Wilson, 2003), transcrevendo ainda um idioma arcaico e elitizado (Ray, 1986: 311-312). Mais pertinente ainda talvez seja o caso dos usos “mágicos” da escrita, novamente na Grécia arcaica (Thomas, 1992: 78-88), para não mencionar, é claro, o problema clássico do aspecto pragmático da literatura oral, com a qual retornaríamos à enunciação paralelística (Lord, 1960).

Tudo isso apenas começa a sugerir o quão heteróclito é o conjunto dos sistemas tradicionalmente vistos como escritas. Não é somente este conjunto enquanto tal que demonstra a operação de princípios semióticos diversos (do aspecto fonográfico de um alfabeto ao aspecto logográfico de uma pictografia, por exemplo), mas, também, cada um dos sistemas, uma vez que eles são frequentemente “sistemas mistos”. Ademais, estes sistemas tiveram usos diversos (rituais, burocráticos, literários, especulativos) ao longo do tempo, e cada tipo de uso supõe igualmente uma lógica distinta, isto é, um conjunto distinto de operações semióticas. Ora, se nos concentramos sobre os detalhes de suas histórias, todo tipo de oscilação se mostra possível na articulação entre esses diferentes aspectos (ver Larsen, 1986). Com isso, porém,

desestabiliza-se o postulado de uma *descontinuidade* radical entre seus diferentes momentos – por exemplo, entre “proto-escrita” e “sistemas de escrita completamente desenvolvidos” (Damerow, 1999: 1-2) – bem como a *distinção* entre escrita e não-escrita, que o acompanhava. Em ambos os eixos, as barreiras começam a se dissolver.

3 – Uma extensão comparativa e suas limitações

3.1 – A estratégia

Tudo parece convidar, portanto, a um alargamento conceitual, com fins comparativos. Porém, importa investigar em que condições um tal movimento poderia efetivamente levar a cabo a dissolução dessa barreira entre o que é e o que não é “escrita”. O caso de Pierre Déléage é, a esse respeito, exemplar. Por um lado, ele julga que Severi teria realizado “um verdadeiro avanço teórico que permite compreender uma multiplicidade de casos empíricos até agora deixados na escuridão, ou incorretamente apreendidos” (2017: 139), e, por isso, endossa seu programa de pesquisa. Por outro, diverge dele ao sustentar que as pictografias ameríndias são, de pleno direito, formas de “escrita”, isto é – segundo a definição expandida que ele propõe – uma dentre outras “técnicas de inscrição de discursos” (: 137). No entanto, sua proposta preserva um contraste – agora interno ao conjunto das “escritas” – entre os sistemas anteriormente vistos como “escritas” e aqueles que, em virtude da nova definição, se veem inclusos nessa mesma categoria. Resta saber se esse contraste se sustenta empiricamente, em que termos ele se expressa e se ele (ou seus termos) não reproduz(em) a lógica (privativa, etnocêntrica) do contraste anterior que ele busca neutralizar.

Em todo caso, é válido dizer que a proposta de Déléage traduz, para falar como Derrida, um outro “cálculo histórico” (1967a: 102). Afinal, vimos que, Severi também buscava deslocar os constrangimentos atrelados às noções de escrita e de tradição oral, mas isso sobretudo através da demonstração da operação simultaneamente estável e complexa do que Déléage denominará uma “tecnologia intelectual ameríndia” (2011: 746) e sem contestar diretamente a ideia de que jamais teria havido escrita na América indígena. O resultado era ambíguo, pois, se a análise dava conteúdo positivo ao que era tradicionalmente visto como o polo negativo de uma oposição privativa, ela deixava intocada a validade de uma das mais categóricas afirmações que resultavam dessa

mesma oposição.

A estratégia de Déléage ensaia o gesto oposto e complementar: em vez de abandonar a noção de escrita, ele a reivindica. Déléage não busca sugerir somente que algumas das definições correntes dessa noção não se aplicam às pictografias (como fazia Severi), ou que elas seriam, em si, inconsistentes (como sugerimos acima). Antes, sugere que os sistemas por elas definidos poderiam ser incluídos numa categoria comum, opondo-se a outra, exemplificada pelas pictografias ameríndias (2017: 137), e ambas figurando, então, como formas de escrita, isto é, como variantes de um mesmo fenômeno. Uma simetria estaria assim estabelecida. Vejamos como se desenvolve o argumento.

3.2 – A proposta conceitual

O primeiro gesto, crucial, é colocar explicitamente o problema conceitual (2017: 135). Ironicamente, seu ponto de partida é exatamente a ideia privilegiada por Severi, segundo a qual toda escrita é “uma série de signos gráficos que inscrevem os sons da fala” (: 135). Déléage começa por desestabilizar a aparente evidência deste postulado através de uma nova referência à escrita ideográfica chinesa. Se é verdade que essa referência tem limitações manifestas, dado que este é também um sistema misto (: 136), o que interessa para o argumento é simplesmente a constatação da existência de elementos logográficos – signos gráficos que representam palavras – que aponta para a insuficiência do postulado fonográfico¹³. Tudo levaria a crer, na verdade, que “as escritas se distribuem ao longo de uma escala cujas extremidades são, de um lado, a pura notação do sentido, e, de outro, a pura notação do som” (: 136), sendo que “as escritas que bem se estabilizaram geralmente fazem uso desses dois princípios”, cada uma segundo uma proporção própria (2013: 49; ver Seifart, 2006).

O passo seguinte é sugerir que, apesar dessa diferença aparentemente crucial, os variados sistemas compostos pelos dois tipos de dispositivo assim distinguidos compartilham uma característica comum, que permite tratá-los igualmente como exemplos do que Déléage chamará de “escrita integral”. Mas em que consiste essa integralidade? Nos termos do autor, trata-se do fato de que tanto as escritas predominantemente fonográficas como aquelas predominantemente logográficas “inscrevem *todas as palavras* de um discurso dado” (2017:

13. Seria necessário questionar, noutra ocasião, a relação de uma distinção possível entre *logografia* e *ideografia* com aquela entre *escrita* e *língua*. Afinal, o que é o “logos” da logografia? O som, o sentido (a “ideia”), ou a palavra como um todo? O problema não é novo (ver Derrida, 1967a: 112-7; 1971b: 113), mas um tal questionamento poderia partir, hoje, do próprio trabalho de Déléage sobre as tentativas de se criar uma escrita para as línguas de sinais dos índios das planícies norte-americanas (2013).

137; grifo nosso). Melhor dizendo, ambas “permitem” (: 137) que se as inscrevam. A consequência é que, dada essa possibilidade, é também possível – uma vez que ela se realiza – “restituir uma versão sonora de qualquer texto nessa língua” (: 137)¹⁴.

Seria esse, então, o denominador comum de toda escrita? Uma tal afirmação exigiria recusar às pictografias ameríndias a participação nesta categoria (: 136), e sabemos que Déléage não o fará. Com efeito, às escritas integrais ele oporá as “escritas seletivas”, aquelas mesmas cujo princípio teria sido descoberto por Severi. Trata-se, segundo Déléage, de um princípio de *seleção*, mas não exatamente no mesmo sentido (ver acima, nota 9): se uma escrita integral inscreve todas as palavras de um dado discurso, uma escrita seletiva inscreve apenas algumas, “deixando à memória oral” o restante (: 139). De fato, a finalidade destes sistemas não seria a produção de uma transcrição integral, mas a aprendizagem de textos de um *corpus* bem delimitado (: 139). Assim, a articulação enunciativa – de caráter intersemiótico – se tornaria um aspecto essencial da definição¹⁵.

3.3 – Transposições

Esse duplo conceito – “escritas integrais”, “escritas seletivas” – se faz das pictografias ameríndias um tipo de escrita, não atinge, porém, uma verdadeira simetria entre elas e as outras. Afinal, o que significa tratar como integrais aqueles sistemas que inscrevem “todas as palavras”, senão que estamos tomando como eixo apenas o aspecto *logográfico* desses sistemas? Uma primeira pergunta se impõe: o que ocorre se consideramos, na sequência, o aspecto *fonográfico* dos mesmos sistemas? Será possível dizer que escrita integral inscreve a “integralidade” do som? Que dizer da escrita seletiva?

Basta um recurso à fonologia para constatar que uma escrita integral, como nosso alfabeto, *não* inscreve a integralidade do som¹⁶. Isso porque deixa de lado, por exemplo, aspectos prosódicos ou de entonação, apenas imperfeitamente indicados pela pontuação. De fato, mesmo uma transcrição em alfabeto fonético – como aquela que se encontra em certos dicionários de língua estrangeira ou em alguns manuais de pronúncia – só indica fonemas¹⁷. Este é também caso de uma transliteração alfabética da escrita chinesa: se aí se anotam tonalidades através de sinais diacríticos, é justamente porque, em um idioma desse

14. Poderíamos dizer, extrapolando as palavras de Déléage, que no nexo entre essas duas possibilidades *enquanto tais* estaria a essência das “escritas integrais”. Afinal, a noção de “integralidade” parece trazer consigo a ideia de que, num sistema desse tipo, a grafia constitui, como dizia Severi, um “simbolismo autônomo” (2007: 323), isto é, de que a apreensão do seu sentido independe da sua realização oral. Tudo indica, porém, que essa *independência*, por assim dizer, *depende da possibilidade* de restituição: o sistema é autônomo na medida em que transcreve todos os elementos (sonoros ou não) que permitem identificar todas as palavras (as quais, supõe-se, transportam todo o sentido). Em suma, a “integralidade” supõe a possibilidade de restituição, mas não sua realização efetiva. Nisto se entrelaçam velhos temas husserlianos, como poderíamos mostrar a partir de Derrida (1962, 1967b).

15. Isso permite esclarecer a nota anterior. É como se, no caso das escritas integrais, a articulação intersemiótica fosse suposta *idealmente*, sem que precisasse ser realizada (a grafia estando sempre na iminência de desvincular-se do som), enquanto que, no caso das escritas seletivas, sua *realização* seria igualmente suposta. Num caso, a restituição do discurso oral seria sempre possível, mesmo na ausência deste, enquanto que, no outro, ele deveria estar sempre presente. Observe-se ainda que a referência à finalidade do sistema é crucial, na medida em que contribui para desestabilizar certos pressupostos sobre a “função” da escrita

tipo (do qual o tikuna seria um conhecido exemplo ameríndio), elas têm um valor fonêmico, no sentido de que operam distinções de significado no nível dos componentes das palavras (e não só no nível da frase, como no português, em que é possível transformar uma afirmação em interrogação, ou vice-versa, através de uma simples alteração na curva melódica do enunciado)¹⁸.

Poderíamos dizer, então, que “a ‘escrita integral’ faz, sobre o plano do som (enquanto fonografia) aquilo que a ‘escrita seletiva’ faz sobre o plano morfológico (enquanto logografia)”, de modo que, entre os dois sistemas, “a diferença est[aria], não no grau de seletividade de cada um, mas no eixo em que cada um deles opera” a seleção (: 247). Entre os dois, a seletividade – e não a integralidade – é que seria, enfim, o denominador comum. Contudo, há uma lacuna neste nosso argumento. Afinal, deixamos de responder a pergunta sobre o que fazem, com o som, as próprias “escritas seletivas”. Uma simetria perfeita exigiria que, se a escrita “integral” seleciona aspectos sonoros, mas inscreve integralmente as palavras (enquanto unidades de sentido), a escrita “seletiva” devesse, por sua vez, selecionar palavras, mas inscrever integralmente os sons. Não é o caso. Na verdade, se aceitamos a descrição de Severi (acima, 2.2), o critério fonográfico simplesmente não se aplica¹⁹.

Retornemos, então, ao problema inicial que havíamos constatado: Déléage qualifica como “integrais” as escritas que são *logograficamente* integrais, e pode ser que isso introduza uma assimetria que, longe de representar alguma característica objetiva dos sistemas analisados, derivaria tão somente dos termos da própria análise. Inicialmente, identificamos nessa assimetria a seleção exclusiva de um dos termos da oposição clássica entre som e sentido. Ocorre, porém, que essa mesma oposição (que originalmente diz respeito à linguagem oral), somente caracteriza aqui as escritas integrais. Talvez seja o caso, então, de operar uma reversão, e partir de critérios que caracterizem adequadamente as escritas “seletivas”. Ora, vimos que elas se configuram a partir de um duplo paralelismo, num jogo entre variações que se correspondem e constantes que se ignoram. De fato, nesse mútuo transbordamento estaria, segundo Déléage, “toda a riqueza dessas tecnologias” (2011: 749). Haverá algo comparável nas escritas integrais?

O exemplo do alfabeto sugere que sim. Afinal, se, por um lado,

(ver Vidal, 2020: 147-148, 254), mas coloca um problema, já que se refere a um tipo específico de situação de comunicação: ora, a que tipo de situação de comunicação remetem as escritas integrais? Parece não haver resposta geral (ver Vachek, 1989).

16. Estamos supondo, para propósitos argumentativos, que faz sentido falar aqui em “integralidade” e em “som”, o que é questionável. Para um questionamento da primeira noção, ver Vidal (2020: 165-9); para problemas com a segunda, ver a nota seguinte.

17. Indica mas, em certo sentido, não *transcreve*. Haveria que indagar a própria noção de transcrição e retomar, talvez, a distinção de Charles Seeger (1958) entre transcrições descritivas (como a imagem que se obtém através de um espectrograma) e transcrições prescritivas, ou instrumentais (como partituras musicais comuns, que indicam unidades relacionais, permitindo, para falar como Déléage, a restituição de outra versão do discurso). Uma tal distinção talvez corresponda parcialmente àquela entre fone (enquanto fenômeno acústico) e o fonema (enquanto imagem mental, para falar como Saussure), e é a este último que uma notação – dita, porém, “fonética” (onde talvez fosse melhor dizer “fonêmica”) – usualmente se refere; este o “som” em questão. No entanto, entre uma e outra há formas intermediárias, posto que diferentes sistemas de notação das unidades fonológicas de uma mesma língua podem ser mais descritivos e detalhados que outras – cada

ele *não* transcreve tudo o que se diz, como indicamos, ele, por outro lado, inscreve *mais* do que se diz: letras dobradas, maiúsculas, pontuação, cifras, espaços e outros “silêncios operatórios” (Derrida, 1971b: 112), para não mencionar linhas e outros elementos “meta-escriturários” (Green, 1981). Ainda assim, “entre coisas ditas e coisas desenhadas”, uma transposição é novamente possível: se as pictografias transcrevem somente as variações, um alfabeto, como dissemos, transcreve somente os fonemas; em ambos os casos, há um elemento estrutural comum que serve de pivô entre os dois eixos.

Uma interrogação comparativa em torno de algo como a escrita talvez devesse partir, então, de uma análise das condições formais dessa possibilidade. O projeto seria mais difícil de imaginar se já não pudesse se inspirar na glossemática de Hans Jørgen Uldall e Louis Hjelmslev e na cibernética (ver Vidal, 2020: 47-61, 85-110). Ocorre, porém, que as condições formais de tais transposições são também condições sociocosmológicas. Ou seja, se é de *intersemiotividade* que se trata – sendo este o nome que damos exatamente à possibilidade de transposição inscrita em todo sistema de signos, ou, em outros termos, ao seu caráter *matricial* ou ainda *estrutural* (Cesarino, 2011: 245; ver Lévi-Strauss, 1962: 96) – talvez devêssemos partir da seguinte pergunta: o que estaria implicado, por um lado, na *distinção* entre registros expressivos e, por outro, no postulado de uma *relação* entre eles, nas variadas cosmologias ameríndias?²⁰ O que é, aí, uma relação, em que sentido será ela passível de transposição? (ver Coelho de Souza, 2014 e Almeida, 2019).

4 – Entre paleonímia e disseminação

“Algo como a escrita”: esta expressão, longe de supor que “escrita” define um objeto comparativo consistente, sugere que o horizonte comparativo deve ser redefinido²¹. Para quê, então, insistir sobre essa noção? Não será melhor abandoná-la? Afinal,

haverá sempre um risco, sem dúvida, em deixar operar, até em deixar circular, os velhos nomes: aquele de (...) uma regressão ao interior do sistema desconstruído ou em desconstrução. Negar esse risco seria já confirmá-lo: seria tomar o significante – aqui, o nome – como uma circunstância convencional do conceito e uma concessão sem efeito específico. (Derrida, 1972: 11)

Ocorre que,

uma servindo melhor para propósitos distintos (ver Jones, 1922) – o que complica sua caracterização (para um estudo clássico desse problema, ver Sweet, 1880). Desse ponto de vista, seria importante retomar a definição jakobsoniana do fonema como feixe de traços distintivos e o problema de suas variações contextuais. Sobre tudo isso, ver Vidal (2020: 165-169), com a ressalva de que ali, por efeito da má leitura de uma passagem específica, atribuímos erroneamente a Trubetzkói uma posição que nunca foi a sua, erro que esperamos corrigir numa edição futura do trabalho.

18. O que acabamos de dizer é grosseiramente sumário. Sobre esse tipo de problema, em especial sobre o valor *fonêmico* de distinções tonais em idiomas *não-tonais* – ideia que supõe um tratamento específico da noção de fonema em termos da chamada “fonologia autosegmental” – ver Ladd (2008).

19. A tentativa, mesmo falha, é instrutiva, pois permite colocar um problema crucial. Afinal, fica claro que, do ponto de vista *fonográfico*, aquilo que a escrita integral permite restituir nunca é mais do que um *análogo* (parcial) do discurso que ela poderia ter transcrito (ver Vidal, 2020: 87, 93). Talvez possamos dizer, por isso, que a relação entre discurso (possivelmente *transcrito* e discurso *restituído* é mediada pelo discurso *ideal* que a grafia projeta. Ora – eis o problema – por que razão seria a escrita seletiva incapaz de ocupar essa posição intermediária ou matricial?

[i]nversamente, pretender desfazer-se imediatamente das marcas anteriores e passar, por decreto e com um gesto simples, para fora das oposições clássicas, é (...) esquecer que essas oposições não constituíam um sistema dado, uma espécie de tábua a-histórica e fundamentalmente homogênea, mas um espaço assimétrico e hierarquizante, atravessado por forças e *trabalhado, em sua clausura, pelo exterior que ele reprime*: que ele expulsa e, o que dá no mesmo, interioriza como um de seus momentos. (: 11-12; ênfase alterada).

Vemo-nos, então, em uma posição ambígua e difícil, que é própria, entretanto, de qualquer tentativa – inclusive uma tentativa etnológica – de desconstruir o sistema conceitual herdado de nossa tradição metafísica e a cujos termos a descrição etnológica inevitavelmente recorre, ainda que segundo estratégias diversas (ver Strathern, 1987).

Eis como se expressa aqui essa ambiguidade: se nossa análise do caso de Déléage sugere que a insistência sobre a noção de escrita acaba por distorcer injustificadamente o horizonte comparativo em função de um certo eixo, reiterando uma assimetria introduzida pelos próprios termos da análise, o contraste com o caso de Severi sugere que essa mesma insistência permite, por outro lado, reagir de modo mais direto ao etnocentrismo reproduzido pelos usos hegemônicos dessa noção. O desafio é determinar qual estratégia dará à investigação etnológica “os meios para intervir no campo das oposições que ela critica e que é também um campo de forças não-discursivas” (Derrida, 1971a: 392; ênfase removida).

A chave talvez não esteja distante. Sublinhemos que não há nada de novo na ideia de que “escrita” é uma noção comumente usada de modo privativo e etnocêntrico, como, historicamente, a de “mito” (Detienne, 1981). Conforme vimos, tanto Severi quanto Déléage buscam reagir a esse etnocentrismo, adotando para isso estratégias divergentes, e o mesmo vale para muitos outros etnólogos, que se aproximam mais de uma ou de outra. O que não se tem suficientemente observado, porém, é uma peculiaridade do modo como esse etnocentrismo opera. Referimo-nos ao fato de que, tradicionalmente, a noção se aplica, com o mesmo efeito – o efeito privativo – a um conjunto heteróclito ou heterogêneo de aparentes objetos (isto é, de sistemas de escrita), mas produzindo sistematicamente a mesma exclusão: como quer que se a defina (como idealmente alfabética ou essencialmente ideográfica, como idealmente complexa ou idealmente simples), “a escrita, como o masculino, impera” (Vidal, 2020: 187), e, no campo que nos diz res-

Qual a idealidade própria de uma escrita seletiva? Que tipo de transposição entre análogos ela permite? Talvez a diferença seja de grau, residindo em que, nas escritas seletivas, cada enunciado gráfico pode se articular com um conjunto maior de enunciados orais (tais como as variantes performáticas de uma mesma narrativa), à maneira de uma partitura musical passível de diferentes interpretações (Menezes Bastos, 1978: 65, n. 31) ou então como uma notação algébrica: o escopo de variação não quer dizer que as relações entre as variáveis sejam indeterminadas, mas antes o contrário, afinal, não é qualquer valor que serve de raiz para uma dada equação, mesmo quando mais de um valor o faça (ver Whitehead, 1911: 19).

20. Ou seja, em que condições são eles “claramente equivalentes, mas claramente distintos”? (Weaver, 1949: 17). Estamos diante de um problema geral de tradução: “A equivalência na diferença é o problema capital da linguagem e a preocupação decisiva da linguística” (Jakobson, 1959: 262).

21. Essa redefinição se resume em que uma nova semiologia deve recusar a hipótese dos supostos sistemas estudados, e partir das condições sociocosmológicas de sua instauração (para uma proposta diversa de “semiótica comparativa”, ver Fleming, 2020). Mas como comparar as distintas sociocosmologias a que vimos fazendo referência? A pergunta se aplica, primeiro, às diferentes instâncias daquele “antigo substrato ‘pré-filosófico’ mediterrâneo” do qual é

peito, é quase como se disséssemos que “escrita” é aquilo que, na Amazônia, não há. Isso sugere que esta nunca foi uma categoria puramente descritiva, isto é, que seu valor descritivo sempre esteve subordinado à sua função excludente, na qual se encontra o resultado invariante da matriz de oposições que ela variadamente faz operar²².

Que fazer, então, com este “velho nome”?²³ Entre disputá-lo e abandoná-lo, talvez não haja que escolher, como se assim fosse possível instaurar um discurso unívoco e unicamente imaculado, o discurso do “auto(r)crítico” (Viveiros de Castro, 2015: 22). Segundo nos parece, importa, antes e sobretudo, minar à categoria sua *pretensão* descritiva. É porque “escrita” nada descreve que talvez se deva descrever tudo quanto for possível como escrita: talvez assim sua aparência empírico-conceitual (sua evidência intuitiva, junto de sua pretensa evidência científica) se dissolva, revelando – de modo exemplar para qualquer categoria comparável – seu núcleo de violência²⁴.

Estaremos endossando, com isso, aquela proliferação conceitual que inicialmente parecíamos condenar? Não exatamente. Convidamos, sim, à busca por novos modos de alargar a noção de escrita, somando-nos aos esforços daqueles pesquisadores que têm buscado mostrar empiricamente como essa expansão poderia operar (por exemplo, Hugh-Jones, 2016; Santos, 2017). Cada modo será um novo passo na desconstrução do pretense conceito, já que, de certa maneira, não é nenhum filósofo, mas o próprio campo que se desconstrói a si mesmo. Porém, simultaneamente recusamos a validade exclusiva de qualquer uma dessas novas definições e, com ela, a pretensão de sintetizar criticamente um conceito (único) de escrita. Analogia é disseminação. Ainda assim, não abandonamos o vislumbre de um novo trabalho comparativo. Apenas sugerimos que, se há um debate possível, ele não deve visar à instauração da escrita como objeto. Outro deve ser o horizonte; é em outra direção que a disseminação dará flores (e já podemos antecipar de que espécie).

Mas há algo mais, que desestabiliza de modo mais fundamental qualquer das estratégias adotadas. É que talvez a “escrita” revele ser *outro* objeto, isto é, “objeto” (bem como instrumento) de uma *outra* antropologia. O estudo (inclusive, a leitura) e também a descrição dos usos ameríndios da “escrita” – desta palavra, daquilo que ela venha a designar e de tudo que com isso se pareça – serão então, além de fins em si próprios, um dos meios mais potentes para obviar o constrangi-

possível argumentar que “a metafísica ocidental é diretamente dependente” (Viveiros de Castro, 2017: 262), proposição que, conforme indicamos alhures (Vidal, 2020:236), reitera velhas ideias de Bourdieu (1998: 18) e de Derrida (1968: 236). A pergunta se aplica também à América indígena e, no caso das Terras Baixas sul-americanas, a distinção entre “duas trajetórias possíveis da função xamânica: a transformação sacerdotal e a transformação profética” (Viveiros de Castro, 2015: 176; ênfase removida) indica uma direção possível de investigação (entre outras), sugerindo, ademais, que o problema da escrita – o problema intersemiótico – é, fundamentalmente, um problema político (ver Sztutman, 2012). Ela se refere, enfim, à relação entre as duas anteriores, a esse contraste maior que – na articulação entre política, estética e metafísica – vem se tornando um problema central da etnologia contemporânea, para além do contexto ameríndio (ver Strathern, neste volume).

22. Compare-se Strathern (1980: 182-185), bem como Lévi-Strauss (1962: 11).

23. Dizemos “nome” para continuar o jogo de Derrida que desemboca nesta noção de “paleonímia”. No entanto, a palavra francesa *nom* poderia ser igualmente traduzida como “substantivo”.

24. O “nome” nada descreve porque ele essencialmente nomeia e, neste universo inequivocamente patriarcal, nomear (um) é excluir (os demais): ironicamente, o problema

mento etnocêntrico que essa noção usualmente reproduz. Afinal, se o “mito”, em Lévi-Strauss, é já outra coisa, que será a “escrita” nos cantos de um xamã ameríndio?²⁵ “Repetição sem identidade”, dizia Derrida (1972: 10), alertando-nos: a metafísica está num determinado encadeamento discursivo, não em um único conceito (: 12), estando, também, em práticas “não-discursivas”.

Como quer que seja, etnologia e desconstrução revelam ter um objetivo comum, a saber, a transformação de certas matrizes conceituais para que elas possam expressar a lógica de um pensamento outro. A diferença está nas alteridades pelas quais elas se orientam: num caso, o exterior simultaneamente projetado e obliterado pela tradição filosófica (ver Derrida, 1967:14); no outro, as tradições “extrafilosóficas” dos povos não-ocidentais (Viveiros de Castro, 2015:142). A diferença também está, por assim dizer, na técnica, mas o crucial é que *crítica textual* e a *tecitura de relações em campo* se entrelaçam naquilo que ainda chamamos, talvez por uma curiosa e incômoda paleonímia, de *descrição etnográfica* (ver Strathern, 1988:10). Que nome atribuir, enfim, a este desafio e a este projeto, isto é, à descrição *como* prática da desconstrução? Que nome, se não este: *des(es)crever*?

que Derrida (1967a: 164-5) atribui aos nambikwara, ou, ao menos, sua formulação do problema a partir do qual ele lê o que Lévi-Strauss diz dos nambikwara, é, digamos, nosso (ver Vidal, 2020: 186, n. 210 e 274-6). Aqui, de fato, a violência está na reprodução desse duplo arbítrio (Bourdieu & Passeron, 1970: 11), a saber: o do nome e o do poder de nomear. *Paleonímia*, enfim, é a onomástica do bastardo, mas só é eficaz se for capaz de se garantir e, talvez, de fazer circular outra herança: para falar como Haraway, “uma prole ilegítima é frequentemente nada fiel às suas origens. Afinal de contas, seu pai é inessencial” (1985: 68; traduzi o trecho no singular para evitar o efeito indiferenciante da expressão “pais” em português, onde Haraway diz, especificamente, *fathers*). E, sem dúvida, “disputas pelos significados da escrita” – desta prática e desta tecnologia, desta palavra e deste conceito – “são uma forma crucial do embate político contemporâneo” (: 93).

25. Para algumas discussões recentes, ver: Belaunde (2013); Walker & Allard (2016); Brokaw (2017); Cesarino (2020).

Referências

- Allard, Olivier; Walker, Harry. "Paper, power and procedure: reflections on Amazonian appropriations of bureaucracy and documents." In *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 21, n. 2: 402-413.
- Almeida, Mauro William B. 2015. "Matemática concreta". In *Sociologia & Antropologia*, v. 5, n. 3: 725-744.
- Almeida, Mauro William B. 2019. "Is there mathematics in the forest?" In *HAU*, v. 9, n. 1: 86-98.
- Baines, John. 2007. *Visual and written culture in Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press.
- Belaunde, Luisa Elvira. 2013. "Movimento e profundidade no *kene* shipibo-konibo da Amazônia peruana". In Lagrou, Els; Severi, Carlo (eds.). *Quimeras em diálogo: grafismo e figuração nas artes indígenas*. Rio de Janeiro, 7Letras, 199-222.
- Boas, Franz. [1896] 1940. "The limitations of the comparative method of anthropology". In *Race, language and culture*. Nova Iorque: Macmillan Company, 270-280.
- Bourdieu, Pierre. 1998. *La domination masculine*. Paris: Éditions. du Seuil.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean Claude. 1970. *La reproduction*. Paris: Minuit.
- Brokaw, Galen. 2017. "Semióticas, estéticas e o conceito quéchua de *quilca*". In Bertazonia, Cristiana; Santos, Eduardo Natalino dos; França, Leila Maria (orgs.). *História e arqueologia da América indígena*. Florianópolis: Editora UFSC, 23-44.
- Burgess, Jonathan. 2001. *The tradition of the Trojan War in Homer and the Epic Cycle*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Cesarino, Pedro de N. 2011. "Entre la parole et l'image: le système mythopoétique marubo". In *Journal de la Société des Américanistes*, v. 97, n. 2: 223-257.
- Cesarino, Pedro de N. 2012. "A escrita e os corpos desenhados". In *Revista de Antropologia*, v. 55, n.1: 175-137.
- Cesarino, Pedro de N. 2020. "Lost writing". In Fortis, Paolo; Küchler, Susanne (eds.). *Artefact and visual systems in Melanesia and Amazonia*. No prelo, Routledge, s/p.
- Coelho de Souza, Marcela S. 2014. "Conhecimento indígena e seus conhecedores: uma ciência duas vezes concreta." In Carneiro da Cunha, Manuela; Cesarino, Pedro N. (orgs.) *Políticas culturais e povos indígenas*. São Paulo: Unesp.
- Déléage, Pierre. 2011. "Les pictographies narratives amérindiennes". In Jacob, Christian (dir.). *Les lieux du savoir. 2: Les mains de l'intellect*. Paris: Albin Michel, 744-64.
- Déléage, Pierre. 2013. *Le geste et l'écriture*. Paris: Armand Colin.
- Déléage, Pierre. 2017. *Lettres mortes*. Paris: Fayard.
- Derrida, Jacques. 1962. "Introduction". In Husserl, Edmund. *L'origine de la géométrie*. Paris:

P.U.F., 3-171.

Derrida, Jacques. [1966] 1967 “La structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines”. In *L’écriture et la différence*. Paris: Points, 409-428.

Derrida, Jacques. 1967a. *De la grammatologie*. Paris: Minuit.

Derrida, Jacques. 1967b. *La voix et le phénomène: introduction au problème du signe dans la phénoménologie de Husserl*. Paris: PUF.

Derrida, Jacques. [1968] 1972. “La pharmacie de Platon”. In *Dissémination*. Paris: Seuil, 77-213.

Derrida, Jacques. [1971a] 1972. “Signature, événement, contexte”. In *Marges de la philosophie*. Paris: Minuit, 365-393.

Derrida, Jacques. [1971b] 1972. “Le puits et la pyramide: introduction à la sémiologie de Hegel”. In *Marges de la philosophie*. Paris: Minuit, 79-127.

Derrida, Jacques. 1972. “Hors livre”. In *Dissémination*. Paris: Seuil, 9-76.

Detienne, Marcel. 1981. *L’invention de la mythologie*. Paris: Gallimard.

Dickinson, Oliver T.K.P. 1994. *The Aegean Bronze Age*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fleming, Luke. 2020. “The elementary structures of kinship interaction: corporeal communication in joking-avoidance relationships”. In *XVII SALSA Proceedings*, no prelo, s/p.

Foucault, Michel. 1969. *L’archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.

Green, Margret W. 1981. “The construction and implementation of the cuneiform writing system”. In *Visible Language*, v. 15, n. 4: 345-372.

Haraway, Donna. 1985. “A manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s”. In *Socialist Review*, v. 80: 1985, 65-108.

Hugh-Jones, Stephen. 2016. “Writing on stone; writing on paper: myth, history and memory in North-West Amazonia”. In *History and Anthropology*, v. 27, n. 2: 154-182.

Jakobson, Roman. [1969] 1971. “On linguistic aspects of translation”. In Roman Jakobson. *Selected Writings, vol. 2: Word and language*. The Hague: Mouton, 260-266.

Jones, Daniel. 1922. *An outline of English phonetics*. Nova Iorque: G.E. Stechert.

Ladd, D. Robert. 2008. *Intonational phonology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Larsen, Mogens Trolle. 1986. “Writing on clay: from pictograph to alphabet”. In *The Quarterly Newsletter of the Laboratory of Comparative Human Cognition*, v. 8, n. 1: 3-9.

Larsen, Mogens Trolle. 1988. “Introduction: literacy and social complexity”. In Gledhill, J.; Bender, B. Larsen, M.T. *State and society: The emergence and development of social hierarchy and political centralization*. Londres: Routledge, 173-91.

Lévi-Strauss, Claude. 1962. *Le totémisme aujourd’hui*. Paris: Plon.

Lévi-Strauss, Claude. 1971. “Finale”. In *L’Homme nu*. Paris: Plon.

Lévi-Strauss, Claude. 1975. *La voie des masques*. Paris: Plon.

- Lord, Albert. 1960. *The singer of tales*. New York: Atheneum.
- Menezes Bastos, Rafael J. 1978. *A musicológica Kamayurá*. Brasília, FUNAI.
- Michalowski, Piotr. 1994. "Early literacy". In *Science*, v. 264, n. 5161: 1019-20.
- Nissen, Hans J. 1986. "The archaic texts from Uruk". In *World Archaeology*, v. 17, n. 3: 317-34.
- Ray, John D. 1986. "The emergence of writing in Egypt". In *World Archaeology*, v. 17, n. 3: 307-16.
- Salomon, Frank. 2004. *The cord-keepers: khipus and cultural life in a Peruvian village*. Durham: Duke University Press.
- Santos, Eduardo Natalino dos. 2009. *Tempo, espaço e passado na Mesoamérica*. São Paulo: Alameda.
- Santos, Eduardo Natalino. 2017. "Os sistemas mesoamericanos de escritura". In Bertazoni, Cristiana; Santos, Eduardo Natalino dos; França, Leila Maria (orgs.). *História e arqueologia da América indígena*. Florianópolis: Editora UFSC, 73-96.
- Schmandt-Besserat, Denise. 1996. *How writing came about*. Austin: University of Texas Press.
- Seeger, Charles. 1958. "Prescriptive and descriptive music-writing". In *The Musical Quarterly*, v. 44, n. 2, 184-195.
- Seifart, Frank. 2006. "Orthography development. Essentials of language documentation." In Gippert, Jost; Himmelmann, Nikolaus P.; Mosel, Ulrike (eds.) *Essentials in language documentation*. The Hague: De Gruyter, 275-99.
- Severi, Carlo. 1997. "The kuna picture-writing". In Salvador, M. *The art of being kuna*. Los Angeles: Fowler Museum, 245-270.
- Severi, Carlo. *Le principe de la chimère*. Paris: Éditions Rue d'Ulm, 2007.
- Severi, Carlo. Transmutating beings: a proposal for an anthropology of thought. In *Hau*, v. 4, n. 2, 2014: 41-71.
- Skinner, Quentin. 2002. *Visions of politics. Vol 1: Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Snodgrass, Anthony. 1979. Poet and painter in Eighth-Century Greece. In *The Cambridge Classical Journal*, v. 25: 118-30.
- Strathern, Marilyn. 1980. "No nature, no culture: the Hagen case". In Strathern, Marilyn; MacCormack, Carol. *Nature, culture and gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 174-222.
- Strathern, Marilyn. 1987. "Out of context: the persuasive fictions of anthropology". In *Current Anthropology*, v. 28, n. 3: 251-81.
- Strathern, Marilyn. 1988. *The gender of the Gift*. Berkeley: University of California Press.
- Sweet, Henry. [1880] 1913. "Sound notation." In Wyld, H.C. (ed.). *Collected papers of Henry Sweet*. Oxford: Oxford University Press, 285-343.
- Sztutman, Renato. 2012. *O profeta e o principal: a ação política ameríndias e seus personagens*.

São Paulo: Edusp.

Thomas, Rosalind. 1992. *Literacy and orality in Ancient Greece*. Cambridge: Cambridge University Press.

Vachek, Josef. 1989. *Written language revisited*. The Hague: John Benjamins.

Vidal, Erick Nascimento. 2017. “Transformação estrutural ou tradução intersemiótica? Esboço de um programa”. In *Anais do IV Seminário de Antropologia da UFSCar*. São Carlos, 89-105.

Vidal, Erick Nascimento. 2020. *Introdução ao problema semiológica na etnologia sul-americana: escrita e tradução intersemiótica*. Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, SP, Brasil.

Viveiros de Castro, Eduardo B. 2015. *Metafísicas canibais*. São Paulo: Cosac Naify & N-1.

Viveiros de Castro, Eduardo B. 2017. “Metaphysics as mythophysics”. In Charbonnier, Pierre; Salmon, Gildas; Skafish, Peter (eds.). *Comparative metaphysics*. Londres: Rowman & Littlefield, 249-73.

Weaver, Warren. 1949. “Recent contributions to the mathematical theory of communication”. In Weaver, Warren; Shannon, Claude. *The mathematical theory of communication*. University of Illinois Press, 3-28.

Whitehead, Alfred N. 1911. *An introduction to mathematics*. Nova Iorque: Henry Holt & Company.

Wilson, Penelope. 2003. *Hieroglyphs, a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.